

ARTIGOS

A PREVIDÊNCIA E O TETO DE GASTOS

DARCÍSIO PERONDI
Deputado federal (PMDB-RS),
vice-líder do Governo na Câmara
dep.darcisioperondi@camara.leg.br



Os governos do PT nos deixaram com as contas públicas quebradas. Ao assumir, o presidente Michel Temer propôs a PEC do teto do gasto, que foi relatada por mim e aprovada pelo Congresso em dezembro de 2016.

A ideia é simples. Qualquer cidadão que gasta mais do que ganha fica endividado, perde o crédito e só consegue novos empréstimos a juros mais altos. Com o governo, não é diferente. Depois do limite dos gastos, a taxa de juros está caindo, a bolsa subindo, o dólar e a inflação caindo, e o investimento e o crescimento melhorando. Há sinais de que o desemprego começará a cair já neste primeiro trimestre de 2017.

Mas a batalha não está ganha, porque precisamos resolver a principal causa do aumento do gasto público, que é o desequilíbrio da Previdência

Social. Daqui a 10 anos, se nada for feito, a despesa da Previdência será mais de R\$ 100 bilhões acima do que ela seria em caso de aprovarmos a reforma. Para que se tenha uma ideia de como esse valor é alto, todo o gasto em saúde no ano de 2016 somou R\$ 98 bilhões. Por isso, se a reforma não for aprovada, para se manter o li-

continuar permitindo que as pessoas se aposentem aos 50 anos de idade? Manter aposentadorias especiais e de alto valor para servidores públicos e políticos?

Se a reforma não for aprovada e o governo for obrigado a abandonar o limite de gastos, os danos à economia serão grandes. Voltaremos ao quadro de recessão e inflação alta. Em 20 anos, os gastos com Previdência tomarão conta de quase todo o orçamento.

O povo gaúcho sabe melhor do que ninguém o que acontece quando acaba o dinheiro no cofre do governo: salários e aposentadorias parcelados, cortes nos serviços públicos. É isso o que está acontecendo com o Rio Grande do Sul. Foi isso o que aconteceu com a Grécia, e é isso o que vai acontecer com o Brasil, caso não se faça a reforma da Previdência.

Em 20 anos, os gastos com Previdência tomarão conta de quase todo o orçamento

mite de gastos, vai ser preciso cortar na saúde, na educação, na segurança, no saneamento básico. Será que vale a pena fazer todos esses cortes, e

REFORMA ARDILOSA E INCONSTITUCIONAL

GILBERTO SCHÄFER

Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública presidencia@ajuris.org.br



O presidente Michel Temer anunciou de forma solene a retirada dos servidores públicos estaduais e municipais da reforma da Previdência, deixando sua situação a cargo dos governadores e prefeitos. Justificou a medida por fidelidade ao federalismo. Uma nítida manobra para reduzir à justa pressão popular contra a reforma. Agora, escancarando a atrapalhação do governo, na prática reincluiu os servidores estaduais, uma vez que dá seis meses para os Estados, em crise, efetivarem a mudança, o que parece inviável.

Desde que assumiu a Presidência, Temer desfralda a reforma da Previdência como bandeira. Alega um déficit, contestado por muitas fontes acreditadas, como os auditores fiscais da Receita Federal, por exemplo, e apresenta a reforma como panaceia para o déficit fiscal, ignorando as pessoas por trás dos números e seus direitos de aposentados, pensionistas e beneficiários.

Enviou a PEC 287/2016 à Câmara dos Deputados em

dezembro passado, após três meses de debate interno no governo. Em meio à tramitação legislativa, o assunto foi sendo apropriado pela sociedade civil e a pressão aumentou, e se fez sentir nas bancadas de situação e oposição. Alertado por sua base de que a reforma não pas-

A PEC, inicialmente caracterizada pelo draconismo, agora também carrega o estigma de um repulsivo ardil

saria da forma proposta, Temer então resolveu excluir os servidores estaduais e municipais.

A medida gera, como elenca o mestre em Direito Administrativo da Universidade Federal da Bahia Paulo Modesto, desconstitucionalização abrangente, assimetria de regimes, quebra da unidade de carreiras de Estado, insegurança jurídica, alteração

de um extenso conjunto de normas, ruptura com nossa história constitucional.

O prazo para apresentação de emendas à PEC esgotou-se e o presidente a cada dia tem mudado o seu discurso em relação à reforma, propondo concepções que não foram objeto de emenda à PEC, que ultrapassam em muito os limites constitucionais do art. 60 da Constituição Federal que trata das Emendas Constitucionais. A proposta é uma inovação total e não condiz com a seriedade de uma reforma constitucional.

Está claro que o objetivo do governo é desmobilizar a sociedade e os servidores públicos, dividindo-os, a fim de abrir caminho para a privatização da Previdência. A arditosa manobra do governo, contudo, deve ser tomada com um estímulo para o fortalecimento da mobilização dos servidores e trabalhadores que serão prejudicados com todos os itens da PEC. A PEC, inicialmente caracterizada pelo draconismo, agora também carrega o estigma de um repulsivo ardil.

FRAGA

INTERINO

gilmar.fraga@zerohora.com.br



RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

Veja outras colunas em zerohora.com/carolinabahia

Teste de credibilidade

Tanto os advogados de **Michel Temer** quanto a defesa de **Dilma Rousseff** apostam na lentidão da Justiça e nas possibilidades de recursos junto ao TSE para empurrar com a barriga o julgamento da chapa Dilma-Temer. Depois que o relator do processo, ministro **Hermann Benjamin**, surpreendeu ao concluir os trabalhos, o presidente da Corte, ministro **Gilmar Mendes**, não teve alternativa: confirmou que o julgamento deve começar na próxima semana. Diante de um tema tão delicado e politicamente explosivo, será o

maior teste de credibilidade do Judiciário nos últimos tempos. A defesa de Temer continuará a apostar na tese da separação da chapa, defendendo que as contas da candidata e do vice não podem ser misturadas. Uma alegação difícil de engolir. Depoimentos dos executivos da Odebrecht mostraram que tanto o PT quanto o PMDB receberam recursos da empreiteira na eleição de 2014. Além disso, como será o ritmo dos trabalhos? Os ministros adiarão a decisão final até as vésperas das eleições de 2018, despertando dúvidas sobre o processo, ou o julgamento será para valer?

NO PALANQUE

O ex-presidente **Lula** participará de um evento em Rio Grande a favor do polo naval no dia 29 de abril. O movimento faz parte de uma extensa programação, que começa em 21 de abril em Ouro Preto (MG), na comemoração de Tiradentes, e termina em uma mobilização em Curitiba no dia 3 de maio, quando Lula depõe diante do juiz **Sergio Moro**.

LEI KISS

Relator do projeto da Lei Kiss na Câmara, o deputado **Paulo Pimenta** (PT-RS) reclama da possibilidade de vetos à proposta, lembrando que o texto ficará descaracterizado. Ele defende que as regras da ABNT sejam utilizadas para padronizar ações de segurança no país, e que as responsabilidades precisem ficar claras.

RODOVIA 1

Conforme a coluna antecipou, a BR-386 poderá mesmo ficar fora do bloco de concessões do RS. A informação foi confirmada ontem, pela ANTT ao deputado **Jerônimo Goergen** (PP-RS) e ao prefeito de Lajeado, **Marcelo Caumo**.

RODOVIA 2

Ficou acertado que um grupo de trabalho com representantes de Lajeado, Montenegro e Carazinho vai dizer à agência, em no máximo três semanas, se há interesse na concessão da BR-386 e qual seria o valor adequado para o pedágio.